



A GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA: Três modelos explanatórios

Diego Abente

Tradução, revisada pelo autor, do artigo "The War of the Triple Alliance: Three Explanatory Models", publicado na Latin American Research Review 22 (2), 1987.

Ao aplicar, com isenção, critérios de pesquisa contemporânea de conflitos internacionais para explicar a guerra, o presente estudo, embora não seja este seu intento, neutraliza algumas interpretações tendenciosas que, difundidas ultimamente com insistência perversa, confundem a percepção das novas gerações, pouco afetadas ao estudo da História, sobre fatos marcantes da nossa História.

A Guerra do Paraguai, ou da Tríplice Aliança, travada pelo Paraguai contra o Brasil, a Argentina e o Uruguai (1864-1870), permanece única no contexto da América Latina, sob vários aspectos. Terrível por sua duração e tributo humano, não teve sua causa diretamente ligada à dis-

cordância de fronteiras. Diferente de outros conflitos latino-americanos, a Guerra da Tríplice Aliança mistura uma apaixonada controvérsia, envolvendo fortes conotações ideológicas, com alguns analistas encarando-a como um conflito entre a civilização (a Aliança) e o barbarismo (o Paraguai) e outros

* Gostaria de agradecer a James Lee Ray, pelas sugestões muito criteriosas da última versão de seus manuscritos; a Ricardo Caballero, por seus comentários, e aos quatro revisores anônimos LARR, por suas críticas precisas e estimulantes. Os erros de omissão, comissão ou interpretação permanecem meus.

ntando-a como uma confrontação entre o imperialismo britânico (a Tríplice Aliança) e o nacionalismo latino-americano (o Paraguai).

Muitas tentativas têm sido feitas para explicar essa guerra. Números estudos têm adotado uma interpretação apologética (Garcia Ellid, 1963; Pomer, 1968; Trias, 1975). Alguns contêm cuidadosas detalhadas considerações cronológicas (Cardozo, 1967c) e outros apresentam análises profundas sobre as dimensões diplomáticas e políticas do conflito (Box, 1948; Cardozo, 1954, 1961). Mas, exceção feita a algumas poucas observações de Robert Burr (1955), ninguém tem aplicado, sistematicamente, critérios de pesquisa contemporânea de conflitos internacionais para explicar a guerra. Este é o propósito deste artigo, mesmo como um enunciado preliminar, sujeito a ulterior perfeiçoamento.

A aplicação de várias teorias sobre a guerra resulta em numerosos benefícios para a compreensão do Conflito da Tríplice Aliança. Primeiro, esse exercício submete a clássica interpretação da guerra aos mais rigorosos testes. Segundo, avalia a utilidade dos conceitos apresentados pela disciplina Política Internacional. Terceiro, e certamente mais importante, ele produz uma saudável revisão de instrumentos conceituais usados para aplicar conflitos armados na América Latina, e abre a janela para mais gratificantes estudos inter-

disciplinares entre os países dessa área geográfica.

A primeira parte deste estudo será uma breve revisão da seqüência histórica dos eventos que conduziram à guerra. Em seguida, ele discutirá três competentes modelos largamente usados na literatura das relações internacionais, para explicar a eclosão de conflitos armados — "imperialismo", "balanço do poder" e "transição do poder"¹. Para verificar sua utilidade na explicação da Guerra da Tríplice Aliança, a parte seguinte fornecerá os dados para testar esses modelos empíricos. A última parte avaliará, comparativamente, seus poderes explicativos.²

A SEQÜÊNCIA HISTÓRICA

Os maiores eventos que precederam a guerra podem, aqui, apenas ser sumariados.³ Em 1864, o governo uruguai, sob o controle do partido Blanco, conservador, enfrentava uma revolta comandada pelo General Venâncio Flores, do Partido Colorado. Tendo lutado na guerra civil argentina (terminada em 1861) ao lado do presidente argentino, Bartolomeu Mitre, Flores conquistou o tácito endosso do governo argentino e o apoio aberto do Império do Brasil. Em contraste, as relações Brasil-Uruguai foram crescentemente afetadas por incidentes fronteiriços, exacerbados pela elite pecuarista brasileira do Rio Grande do Sul e pelas reclamações uruguaias de que

forças rebeldes usavam o território brasileiro como base de operações. O estado limítrofe do Rio Grande do Sul era uma força importante na política brasileira, em parte porque muito dos quadros militares brasileiros procedia desse estado sulino.

A decisão brasileira de usar forças militares para obter concessões do governo uruguai (e, eventualmente, derrubá-lo) impeliu o Uruguai a buscar apoio externo, por meio de uma aliança com o Paraguai. As tentativas do presidente paraguaio, Marechal Francisco Lopez, de intermediar o conflito foram refugadas pelos brasileiros, o que levou Lopez a lançar o ultimato de 30 de agosto de 1864. Esse documento rezava que qualquer ocupação do território uruguai por tropas brasileiras seria considerada uma violação do princípio de equilíbrio entre os estados da região do Rio da Prata, assunto de fundamental importância para o Paraguai, na medida em que assegurava a segurança, paz e prosperidade da área. Desse modo, uma invasão do Uruguai, pelos brasileiros, foi declarada um *casus belli* para o Paraguai.

Em outubro de 1864, os brasileiros bloquearam o porto de Montevidéu e iniciaram o desembarque de forças "para proteger a vida, honra e propriedade" de cidadãos brasileiros. Em retaliação, no mês seguinte, o governo paraguaio apreendeu o navio mercante *Marquês de Olinda*, quando subia po-

Rio Paraguai, rumo a Mato Grosso. As hostilidades tinham começado.

Para ampliar o teatro de operações, o Exército paraguaio necessitava usar a província argentina de Corrientes (e, também, o disputado território de Misiones) como um corredor. O Paraguai pediu permissão ao governo argentino para atravessá-lo, o que lhe foi negado, sob o fundamento de que a Argentina desejava manter-se neutra. Contestando que a neutralidade argentina era apenas um pretexto para privar o Paraguai, perversamente, em suas necessidades de trânsito terrestre, enquanto o Brasil já tinha sido garantido com o equivalente uso livre das aquavias, Lopez declarou guerra à Argentina e procedeu a captura da cidade de Corrientes (Centurion, 1894, 248-56).

Em 19 de maio de 1865, os governos do Brasil, Argentina e Uruguai (agora encabeçado pelo vitorioso Flores) assinaram o Tratado da Tríplice Aliança, que devia ser mantido secreto até que seus objetivos fossem atingidos. O tratado declarava que a guerra não era "contra o Paraguai, mas contra o tirano Lopez" e que, após a guerra, a independência do Paraguai e sua integridade territorial seriam mantidas (uma tradução inglesa do tratado está reproduzida em Kolinski, 1965).

Os paraguaios nunca chegaram ao teatro de operações do Uruguai. A guerra tornou-se uma defensiva

ara o Paraguai, após suas tropas
rem sido derrotadas pelos alia-
dos, na Batalha de Uruguaiana. A
guerra terminou cinco anos mais
tarde, com o Exército paraguaio
niquilado e a população dizima-
da, quando o Marechal Lopez foi
morto, em 19 de março de 1870,
por um batalhão brasileiro, em
terro Corá.

TRÊS MODELOS COMPETENTES DE PESQUISA E CONFLITOS INTERNACIONAIS

Teoria do Balanço do Poder

A teoria do balanço do poder, como construção analítica e modelo consagrados, é o mais ambíguo dos três modelos. Neste artigo, ela será usada como um modelo analítico de equilíbrio, e não de uma distribuição do poder. Em outras palavras, ela será usada para caracterizar um tipo particular de distribuição do poder, ajustado ao equilíbrio de forças entre os membros de um dado sistema.

A teoria do balanço do poder encontra sua referência empírica imediata na situação europeia entre 1816 e 1914, instituída pelo Congresso de Viena. Esse "sistema de grandes, médios e pequenos estados com um perfeito balançoamento" (Ferrero, 1963, VI) respondeu à conceção de Von Gentz de que "se o sistema de estados da Europa é para existir e ser mantido por compromisso co-

mun, nenhum dos seus membros deve tornar-se tão poderoso, que seja capaz de coagir todos os restantes em conjunto... O estado que não é impedido, por alguma consideração externa, de oprimir um mais fraco (estado), é sempre, embora fraco como possa ser, *muito forte para o interesse do conjunto*" (Von Gentz, citado em Claude, 1962, 63, ênfase no original).

O balanço do poder que manteve a paz na Europa por quase um século (tolerando, apenas, relativamente poucas "pequenas guerras") tem sido louvado em toda parte, particularmente pelos britânicos, porque a Grã-Bretanha, a "balanceadora", foi supostamente responsável em manter o sistema funcionando de modo apropriado. Nas palavras de Sir Winston Churchill, o balanço do poder ilustra "a maravilhosa não deliberada tradição da política externa britânica" (citado em Claude, 1962, 18), uma tradição de tomar partido pelo mais fraco, para restaurar o equilíbrio quebrado pelo forte.

Embora muitos eruditos e políticos afirmem que o equilíbrio previne a erupção da guerra, muitas pessoas são mais céticas a respeito dos seus alegados efeitos políticos, enquanto outras questionam se tal balanço, antes de tudo, existiu (Haas, 1961; Carr, 1939). Nesse caminho, A.F.K. Organski declara que a evidência histórica não apóia a tese segundo a qual o equilíbrio conduz à paz, e que o

oposto é na realidade o caso. Ele afirma que "a relação entre a paz e o balanço do poder parece ser exatamente o oposto daquilo que tem sido propalado. Os períodos de balanço, real ou imaginário, são períodos de guerra, enquanto os períodos de conhecida hegemonia são períodos de paz". As nações relutam em ir à guerra, a menos que acreditem ter boa chance de vencer; porém isso é verdade para ambos os lados, quando os dois estão razoavelmente equilibrados ou, pelo menos, acreditam que estão. Assim, um balanço de poder aumenta as chances de guerra" (Organski, 1968, 294). De acordo com esse argumento, a situação de hegemonia preservará a paz, porque o mais forte não necessita ir à guerra, e o mais fraco não pode.

A fim de avaliar a aplicabilidade do modelo balanço do poder deve-se, primeiro, verificar se esse balanço existia no momento da eclosão da guerra. Porque, nesse caso, o resultado conhecido foi a guerra, constatando que um equilíbrio de forças lançaria dúvidas sobre o tradicional argumento de que o balanço do poder previne a guerra. Em vez disso, o argumento de que ele conduz à guerra é que seria apoiado. De modo inverso, se as verificações indicarem que a região do conflito não foi caracterizada por um equilíbrio de forças entre as nações-estado, mas, antes, pela preponderância de um ator, então esse desbalanceamento deve ser postulado como um fator de

causa relevante. Esse argumento emprestaria apoio indireto à tradicional teoria do balanço do poder, porquanto, se tal balanço estivesse presente, ele poderia (ao menos teoricamente) ter prevenido a guerra.

O Modelo da Transição do Poder

Organski (1968) elaborou seu modelo de transição do poder sob a hipótese de que mudanças — particularmente econômicas e modernização — antes que estabilidade, é a chave das políticas internacionais e seus conflitos. Contrastando com a ênfase à estabilidade da teoria do balanço do poder, a interpretação da transição do poder salienta a mudança como a mais importante variável explicativa para se entender as causas da guerra. A guerra, então, resulta de mudanças que afetam a distribuição do poder.

Organski argumenta que, quando um poder de 1ª linha, num dado sistema, é ameaçado de eclipse por um poder de 2ª linha, a guerra eclode, não só porque o poder de 1ª linha deseja evitar de ser alcançado pelo de 2ª linha, como porque este último busca o reconhecimento de sua capacidade atual e o reajustamento de sua posição relativa sobre o líder, referente a poder, prestígio ou a ambos (Organski, 1968, Cap. 14, especialmente 338-42 e 355-63). Os países são, por essa razão, classificados em três categorias principais: aqueles com poder potencial (baixa produ-

tividade e nenhuma industrialização); aqueles em estágio de crescimento e transição (rápida industrialização, urbanização e aumento de poder em todos os campos) e aqueles em um estágio maduro (plenamente industrializado). A guerra é mais provável na segunda categoria, porque mudanças abruptas devem afetar, significativamente, a distribuição de poder preexistente.

Organski, então, introduz a variável "satisfação" e a combina com o poder, numa espécie de teoria de carência relativa aplicada à arena internacional. Ele levanta quatro novas categorias: 1) países que são poderosos e satisfeitos; 2) países que são poderosos e insatisfeitos; 3) países que são fracos e satisfeitos e 4) países que são fracos e insatisfeitos.

A maioria das guerras são improváveis de eclodir entre países enquadrados nas primeira, terceira e quarta categorias, porém elas se tornam muito prováveis quanto a países da segunda categoria. A guerra sempre é mais provável na situação de um poder em transição envolvendo países da primeira e segunda categorias, porque um país poderoso deve considerar a distribuição do poder inadequada e, além disso, deve atentar para mudá-la em sua vantagem, ou o poder dominante, sentindo-se ameaçado pela emergência de um novo poder, pode lançar-se a uma guerra preventiva.

Para testar os argumentos de

Organski, deve-se determinar se os países envolvidos na Guerra do Paraguai eram poderosos e satisfeitos ou poderosos insatisfeitos. Depois, deve-se conferir se a região estava em uma situação de transição do poder, isto é, se o poder de 1ª linha estava em vias de ser eclipsado pelo de 2ª linha, ou se este último tinha considerado inadequada a distribuição do poder e estava tentando mudar a situação em seu benefício.

A Teoria Imperialista

Embora as duas primeiras interpretações não tenham ainda sido utilizadas na análise da Guerra da Tríplice Aliança, a Teoria Imperialista tem desfrutado aceitação ampla. A interpretação imperialista para essa guerra está associada ao movimento revisionista da década 60 do nosso século e foi fortalecida, nos anos 70, pelo crescimento da teoria da dependência. Sua grande capacidade de atração tem conquistado o apoio de eruditos de direita e de esquerda, os primeiros por sua fascinação com todas as coisas autoritárias e antiliberais, e os últimos porque a Guerra do Paraguai parece uma ilustração excelente da vitalidade da teoria da dependência. *Proceso a los falsificadores de la historia del Paraguay* (1963), de Atilio García Mellid, de uma extremidade do espectro, e *La Guerra del Paraguay: Gran Negocio* (1968), de Leon Pomer, do outro extremo, repre-

sentam dois dos mais influentes estudos, entre os muitos produzidos pelo movimento.

A versão da dependência, da interpretação revisionista, encara a guerra como uma colisão entre a intenção do Paraguai de possuir um caminho independente e nacionalista de desenvolvimento e o imperialismo britânico, que estava igualmente determinado a transformar o Paraguai em uma colônia econômica. Esse processo de desenvolvimento independente teria sido origem da, assim chamada, "revolução autônoma paraguaia", usualmente vista como um regime neo-socialista independente, instituído por J. Gaspar Rodrigues Francia (1814-1840) e continuado por Carlos A. Lopes (1840-1862) e Francisco Solano Lopez (1862-1870), bem antes de Marx ter escrito o *Das Kapital*. A versão da dependência, do revisionismo, segue, amplamente, a tese leninista de que o expansionismo e o imperialismo são consequências da "luta por territórios econômicos", dos países capitalistas (Tucker, 270). Aplicado à Guerra da Tríplice Aliança, o argumento assevera que a guerra foi provocada pela Grã-Bretanha, para abrir o Paraguai como um campo de investimentos proveitosos e um mercado para as exportações britânicas, assim como para obter acesso à matéria-prima (algodão), de suprimento escasso, devido à Guerra Civil dos Estados Unidos.

Para explorar a validade dessa

aproximação, deve-se estabelecer, primeiro, se a Grã-Bretanha estava procurando oportunidades de investimentos, mercado para seus produtos e algodão para suas indústrias, no Paraguai. Deve-se verificar, então, se o Paraguai constituía um mercado atrativo para o capital e produtos britânicos, assim como um grande supridor de algodão. Finalmente, deve-se estabelecer se o governo Lopez evitou tornar-se o mercado que a Grã-Bretanha estava procurando e o grande supridor de algodão de que ela necessitava.

UMA ANÁLISE DAS CAPACIDADES NACIONAIS E REGIONAIS

Para avaliar a validade relativa dessas três interpretações teóricas do conflito, numerosos problemas de mensuração devem ser consignados. Os modelos balanço do poder e transição do poder requerem, ambos, a utilização e quantificação do enganoso conceito de poder. Neste artigo, *poder* será concebido como a posse de certas capacidades, isto é, como a disponibilidade de recursos que poderão ser usados em uma confrontação entre nações-estados. Das três espécies de capacidades postuladas aqui, as mais relevantes são econômicas, militares e geopolíticas (para uma discussão mais detalhada desse tópico, ver Sullivan, 1976, 102-7, 155-89). As limitações des-

sa definição restrita do poder, como poder-recursos ou posses, são óbvias (ver Baldwin, 1979, para uma excelente crítica). Porém ela é, sem dúvida, a melhor ferramenta de avaliação, por permitir a comparação sistemática de numerosas situações. O conceito de poder, assim definido como poder-capacidade, permitirá o desenvolvimento de uma série de índices de capacidade de poder para cada nação e contornos separados, dentro de dimensões econômicas, militares e geopolíticas.

Com freqüência, a capacidade econômica tem sido associada não apenas com medidas de *output* (tais como PIB, por exemplo) mas, também, com *inputs*, isto é, com níveis de consumo de materiais estratégicos, como ferro, aço e eletricidade (ver Sabrosky, 1975, por exemplo). No contexto da Guerra do Paraguai, tais referências são não apenas impraticáveis (pela carência de dados), mas irrelevantes, porque alguns *inputs* eram inexistentes ou de pouca importância, em relação ao que são agora. As dimensões econômicas da capacidade do poder serão medidas, por essa razão, usando outros indicadores relacionados, principalmente, com extrativismo e comércio. Três variáveis foram escolhidas como indicadores de capacidade econômica global: "valor do comércio" (exportação + importação), "renda do governo" e "renda do governo per capita". Esses três fatores são amplamente considera-

dos como os melhores indicadores disponíveis para medir a capacidade econômica do século XIX. Eles foram selecionados, também, por Wayne Ferris, em seu estudo sobre capacidade do poder de todas as nações-estado, no período de 1850 a 1966 (1973, 33-51).

A medida da capacidade militar apresenta sempre enormes problemas, porque os contornos comparáveis são disponíveis somente para o efetivo das Forças Armadas. O resultado completo da qualidade técnica dos equipamentos e do treinamento é, por si só, um tema para outro estudo. Conseqüentemente, o efetivo do exército é o único indicador usado neste estudo, ao passo que o estudo de Ferris inclui as despesas militares e as despesas militares per capita (1973, 50).

A medida da capacidade geopolítica é direta, com a superfície e a população escolhidas como indicadores. Para refletir o fato de que, na época, nenhum país da região tinha completo controle administrativo sobre seu território, somente a metade dos territórios foi computada.⁴ Grosso modo, uma metade das áreas disputadas entre o Paraguai e a Argentina e entre o Paraguai e o Brasil (a atual província argentina de Misiones, o território ao norte do Rio Apa e o sul de Mato Grosso) foi computada como território paraguaio.

Finalmente, foram adotados os pesos considerados por Ferris

(1973, 50), porque todas as dimensões de capacidade não eram igualmente importantes para construir um índice de capacidade do poder. Resumidamente, o reajusteamento do valor dos fatores significa que toda unidade de poder está desagregada, dentro de numerosas dimensões de diferente poder relativo ou importância. Assim, para o valor do comércio, é dado um peso .1589; renda do governo, .1905; renda do governo per capita, .0762; Forças Armadas, .4127

(desse modo, absorvendo valores que poderiam ser imputados a despesas militares e despesas militares per capita); superfície, .0615 e população, .0998. Juntos, eles somam uma unidade de poder, embora algumas variáveis sobrecreguem o peso de outras na composição da unidade.⁵ O Quadro 1 contém a capacidade global da região em valores absoluto e porcentual. O Quadro 2 transforma os valores do Quadro 1 em um índice de capacidade do poder.

QUADRO 3 – Fontes de Suprimento de Algodão para as Indústrias Europeias e QUADRO 1 – Capacidade de poder regional do Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai, por volta de 1860

Países	Valor das Exportações e Importações libras esterlinas (%)	Renda do Governo libras esterlinas (%)	Renda do Governo per capita libras esterlinas (%)	Forças Armadas Efetivo (%)	Superfície em km ² (%)	População (1860) (%)
Paraguai	560,392 (1,5)	314,260 (4,3)	.79 (14,2)	57,000 (27,0)	275,000 (4,6)	400,000 (3,5)
Argentina	8.951.621 (24,3)	1.710.324 (23,5)	.83 (14,9)	30,000 (14,2)	1.388.328 (23,1)	1.737.076 (15,1)
Brasil	23.739.898 (64,4)	4.392.266 (60,3)	.48 (8,6)	119.218 (56,4)	4.255.983 (70,9)	9.100.000 (79,2)
Uruguai	3.607.711 (9,8)	870.714 (12,0)	3.48 (62,4)	5.000 (2,4)	93.463 (1,5)	250.000 (2,2)
Total Regional	36.859.682 (100,0)	7.287.524 (100,0)	5.58 (100,0)	211.218 (100,0)	6.012.774 (100,0)	11.487.076 (100,0)

Fontes: *Para o Paraguai*: Exportações, importações e renda do governo, referidos a 1860, são de Herken (1982, 108-9). O cálculo das Forças Armadas vem de Kolinski (1965, 42), embora a estimativa de Cardozo (1961, 254) seja mais baixa (38.173), tal como a de Bray, 40 a 50.000 (1958, 152). A superfície representa estimativa do autor, com base em metade da superfície atual mais a metade do território considerado perdido para os aliados. A estimativa da

população vem de Williams (1979, 117). *Para a Argentina*: As estimativas de exportações e importações (referidas a 1863) são baseadas em registro oficial corrigido, para o comércio de contrabando, por A. Vaillant, como citado em Acevedo (1933, 3:127). A renda do governo (1865) foi tirada de Randall (1977, 2:222). As estimativas das Forças Armadas é de Spalding (1940, XVII-XIX), como citado por Kolinski (1965, 64). Embora Kolinski considere a estimativa muito alta, Acevedo cita uma ainda mais alta, de 43.250 (1933, 3:375). A superfície foi estimada pelo autor. A estimativa da população é de Cuccorese (1966, 59). *Para o Brasil*: Exportações e importações (1860) e renda do governo foram tiradas de Randall (1977, 3:217, 222). A estimativa das Forças Armadas é de Kolinski (1965, 49, 57) e inclui 16.834 do Exército, 2.384 da Marinha e uma metade da Guarda Nacional (estimada, por Kolinski, em 200.000 membros). A superfície foi estimada pelo autor. A estimativa da população é de Acevedo (1933, 3:118) e Kolinski (1965, 49). *Para o Uruguai*: Exportações e importações vêm de Acevedo (1933, 3:126). A renda do governo foi retirada de Acevedo (1933, 3:466-69) e foi calculada como se segue: rendas departamentais (1865) 1.104.360 pesos fortes e rendas do tesouro (1866) 2.988.000 pesos fortes. A estimativa das Forças Armadas vem de Acevedo (1933 :375). A Superfície é estimativa do autor. A da população (1864) vem de Acevedo (1933, 2:118). Fontes sobre índices de trocas (câmbio): *para o Paraguai*, Herken (1982, 108-9); *para a Argentina*, Randall (1977, 2:202); *para o Brasil*, Randall (1977, 3:208-9) e, *para o Uruguai*, Acevedo (1933, 3:165).

Com frequência, a capacidade econômica tem sido associada não

à técnica dos equipamentos e do treinamento é, por si só, um tema para outro estudo. Consequentemente, o indicador usado neste estudo

QUADRO 2 – Índices de Capacidade do Poder

	Valor Fator	Paraguai	Argentina	Brasil	Uruguai
Comércio	.1589	.0024	.0368	.1023	.0156
Renda do Governo	.1905	.0082	.0448	.1149	.0229
Renda do Governo per capita	.0762	.0108	.0114	.0066	.0475
Forças Armadas	.4127	.1114	.0586	.2328	.0099
Superfície	.0615	.0028	.0142	.0435	.0009
População	.0998	.0035	.0151	.0790	.0022
Total	1.0000	.1391	.1827	.5791	.0990

Fontes: ver Quadro 1

Nota: As cifras foram obtidas multiplicando o valor porcentual do país em relação ao total regional pelo fator de ponderação (ver nota 3 final) e dividindo o produto por 100. Por exemplo, o valor .0024 do comércio do Paraguai resulta de 1,5 vezes .1589 dividido por 100. Os totais não ultrapassam 1000, por arredondamento.

Essas medidas de capacidade do poder permitem avaliar, diretamente, a validade dos modelos balanço do poder e transição do poder. Mas, para analisar de modo ideal a interpretação imperialista, seriam necessárias algumas medidas relativas à importância potencial do mercado paraguaio, em termos de absorção das importações britânicas e provisão de matérias-primas vitais. Na falta de tão preciso indicador de mercado, este estudo confia nas medidas disponí-

veis de capacidade econômica, acopladas com dados concernentes às importações de algodão da Europa e América do Norte, relacionadas à indústria e às exportações brasileiras de algodão. Embora longe de perfeitos, esses indicadores refletem, acuradamente, os fatores básicos da economia que a teoria imperialista tenta abranger. O algodão foi selecionado porque alguns analistas têm argumentado que a escassez criada pela Guerra Civil Norte-Americana provocou

QUADRO 3 – Fontes de Suprimento de Algodão para as Indústrias Européias e Norte-Americanas. Média Anual em Milhões de Libras

Anos	Estados Unidos	Brasil	Índias Ocidentais	Índias Orientais	Égito e Esmirna	Total
1856-1860	1,633.7	27.7	7.2	207.9	57.0	1,933.5
1861-1865	531.7	36.2	14.6	491.3	191.4	1,265.2
1866-1870	1,108.6	99.9	33.2	576.5	190.9	2,009.1

Fonte: Platt (1977, 257)

QUADRO 4 – Produção Brasileira de Algodão

Anos	Volume (em arrobas)	Valor (em libras esterlinas)
1860-1861	670.860	608.843
1861-1862	872.210	1.012.484
1862-1863	1.085.628	2.190.767
1863-1864	1.282.974	3.651.662

Fonte: Granziera (1979, 163)

Nota: Uma arroba igual a vinte e cinco libras.

ações britânicas na região do Rio da Prata. As flutuações na importação de algodão devem ser tomadas como um indicador grosseiro da situação do mercado mundial, ao passo que as exportações de algodão do Brasil devem ser comparadas às exportações totais do Paraguai, para aferir o potencial de produção de algodão paraguaio.

IMPERIALISMO, BALANÇO DO PODER OU TRANSIÇÃO DO PODER?

Imperialismo

Muito do charme, assim como do suporte da interpretação, imperialista, deriva, à primeira vista, do fato de que, no Paraguai, a influência dos centros de poder era desprezível, o investimento externo insignificante e amplamente restrito ao setor comercial, e os setores estratégicos da economia estavam sob controle do estado (embora muitos eruditos possam argumentar que, naquela época, eles estavam sob o controle patrimonial do domínio familiar). Ainda que essa caracterização deva ser verdade, uma ligação de causa entre o imperialismo e a guerra não pode ser deduzida dela logicamente.

A leitura atenta da evidência acima apresentada prontamente revela a fraqueza da interpretação imperialista. Os dados constantes dos Quadros 1 a 4 emprestam pequeno suporte à tese de que o Pa-

raguai constituía um atrativo mercado para o capital e as exportações britânicas, dentro das hipóteses relativas aos interesses econômicos britânicos e ao potencial econômico paraguaio, como muitos autores têm sugerido. De fato, tendo apenas uma pequena parte da capacidade total do sistema, o Paraguai dificilmente podia ter-se constituído em uma saída para a Grã-Bretanha. Nem há evidência (senão a circunstancial apresentada por Pomer, 1968) de que a Grã-Bretanha estivesse avidamente esperando o Paraguai abrir seus mercados ao capital britânico. Se tal fosse o caso, uma vez que o obstáculo para a expansão britânica (Solano Lopez) tivesse sido removido, a Grã-Bretanha teria investido largamente e aumentado esse comércio significativamente. Por volta de 1880, contudo, os investimentos britânicos não excediam a 1,5 milhão de libras esterlinas, menos que 1% dos seus investimentos totais na América Latina. Na verdade, o Paraguai ocupava o 14º lugar nos investimentos britânicos na América Latina, seguido apenas de Cuba, Guatemala e Nicarágua, que estavam na esfera de influência econômica dos Estados Unidos. A título de comparação, os britânicos investiram 38,9 milhões de libras no Brasil, 20,3 milhões na Argentina, 36,1 milhões no Peru e 32,7 milhões no México (Platt, 1972, 289). Deve ser também observado que 1,5 milhão de libras representavam obrigações

governamentais pagas pelo governo paraguaio no mercado de Londres, e não investimentos diretos britânicos. Tanto quanto o comércio é referido, não antes de 1903 as importações paraguaias procedentes do Reino Unido alcançaram cem mil libras, e não antes de 1913 as exportações paraguaias para a Grã-Bretanha excederam cinqüenta mil libras esterlinas (Platt, 1972, 316-19, 322).

Uma outra versão da interpretação imperialista é baseada na crise do algodão, da metade do século XIX. O argumento sustenta que a Guerra Civil dos Estados Unidos criou uma ruptura de mercado tão severa, que os britânicos estavam considerando o Paraguai como saída, para compensar o declínio da produção nos Estados Confederados. A crise, na verdade, existiu e foi severa mas, como pode ser visto nos Quadros 3 e 4, quando a Guerra do Paraguai começou, os britânicos já tinham colocado fontes alternativas em toda parte, particularmente nas Índias Ocidentais, Egito e Brasil. Esse fato é desconhecido, também, por Pomer (1968), um dos mais entusiastas defensores da tese imperialista. Além do mais, a limitada capacidade econômica do Paraguai, a essa época, torna sem razão acreditar que o país estivesse perto de se tornar o maior supridor mundial que a Grã-Bretanha pudesse estar procurando. As exportações paraguaias representavam menos de 3% do total das exportações do Brasil.

Alcançar ao menos a metade do nível brasileiro em uma década teria sido miraculoso.

A mais sábia refutação à interpretação baseada na crise do algodão e à interpretação imperialista vem das próprias ações de Lopez. Ele tinha, de fato, se interessado em encontrar mercado para os produtos paraguaios, especialmente algodão, e tinha enviado numerosas amostras da variedade paraguaia à Europa, para atrair o interesse de possíveis compradores (Sanchez Quell, 1973, 213). Consequentemente, nenhuma base factual existe para acreditar que Lopez teria, em qualquer sentido, obstado o Paraguai de exportar tanto algodão quanto possível. Nem que existisse qualquer obstáculo governamental para a importação de bens da Grã-Bretanha, uma atividade exercida pelos mercadores de Assunção (a maioria estrangeiros) através do porto de Buenos Aires. De fato, a família Lopez parece ter sido a principal beneficiária das importações europeias.

Outro argumento usado em apoio à interpretação imperialista é baseado na incompatibilidade política entre o estilo capitalista liberal britânico e o estilo capitalista estatal paraguaio. Esses dois modelos obviamente diferiam em muitos aspectos, embora a economia paraguaia fosse muito mais capitalista do que se pensa. Mas o argumento de que essa incompatibilidade conduziu a Grã-Bretanha

a empreender uma guerra dissimulada tem sido apoiada somente pela referência aos empréstimos feitos ao Brasil e à Argentina em 1865, e pelos documentos do representante diplomático britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, "cujo desagrado por ambos, Paraguai em geral e Solano Lopez em particular, foi um segredo aberto" (McLynn, 1979, 30). Mas, como Nicholas Tate (1979) e F. J. McLynn mostram, as referências de Thornton não motivaram o Ministério das Relações Exteriores Britânico a aumentar seu "muito pequeno interesse na guerra" (McLynn, 1979, 30). Pesquisas mais recentes sobre a extensão do alegado interesse britânico, baseado na cobertura da guerra pelo *The London Times*, retêm similar conclusão (Herken e Giménez de Herken, 1983). Obviamente, o ponto de vista de Thornton, embora anti-Lopez, não indica, por si só, uma conspiração imperialista.

Os empréstimos foram bônus de governo vendidos a pessoas físicas ou a associações no mercado de Londres. Operações muito similares ocorreram bem antes da guerra e muito mais depois dela. O empréstimo brasileiro de 1865 para financiar a guerra (no montante nominal de 6,7 milhões de libras esterlinas) tinha sido precedido por quase 16 milhões de libras esterlinas em empréstimos, assinados entre 1824 e 1860 (Randall, 1977, 3:219). Similarmente, o empréstimo argentino de 2,5 milhões de li-

bras esterlinas (valor nominal 1865) tinha sido precedido pelos de 1822, 1823 e 1857, num montante de 2,6 milhões de libras esterlinas (Randall, 1977, 2:190). Lopez, ele mesmo, tinha sido autorizado pelo Congresso a contrair uma dívida de 5 milhões de libras esterlinas para pagar a guerra, embora não tenha sido efetivada, devido ao bloqueio militar do Paraguai (Centurion, 1894, 243). Em suma, seja qual for o enfoque pelo qual a interpretação imperialista seja considerada, a evidência disponível provê surpreendentemente pequeno suporte empírico.

Balanço do Poder

A interpretação do balanço do poder faz sentido, na medida em que ele foi publicamente declarado a causa da guerra. Manter o balanço do poder foi a base lógica encontrada pelo ultimato de 30 de agosto, e a declaração de guerra à Argentina repetiu o mesmo argumento. No parecer do Congresso, em apoio à declaração de guerra (que não podia ter sido escrito sem a aprovação de Lopez), a situação regional foi comparada à das guerras russo-otomanas. A *História da Turquia*, de Alphonse de Lamartine (1854), foi citada para argumentar que a posição argentina se assemelhava à interferência da Áustria e da Prússia na invasão da Turquia pela Rússia, esta sendo enfocada como análoga à invasão do Uruguai pelo Brasil.

Os dados constantes dos Quadros 1 e 2, porém, dão pequeno suporte à hipótese de que um balanço de poder existiu na região. De fato, o Brasil abarcava quase 60% da capacidade regional global, mais que a Argentina, Uruguai e Paraguai combinados. Se a variável militar for incluída (argumentando que as cifras militares do Paraguai superestimam seu real poder militar), ou se é correto incluir fatores como poder naval e despesas militares, a preponderância do Brasil torna-se maior ainda. Nenhum balanço de poder existiu no sentido de equilíbrio no Rio da Prata, nos anos 1860. Conseqüentemente, ali não poderia haver nenhuma ameaça a um equilíbrio que nunca existiu. O Brasil era, sem contestação, se bem que não irrestrito, o primeiro poder regional, por qualquer padrão, e seu poder excedia longe o de todos os demais atores combinados.

Por conseguinte, então, esses fatos apóiam a hipótese de que uma ausência de balanço, a preponderância do Brasil, provocou a guerra? Esse argumento parece persuasivo quando se enfoca somente a invasão do Uruguai pelo Brasil, à qual o Ministro das Relações Exteriores do Brasil aparentemente concebeu como uma limitada operação "cirúrgica". Também essa operação resultou em um conflito de proporção regional não iniciado, no sentido restrito, pelo Brasil. Em outras palavras, enquanto o conflito localizado brasi-

leiro-uruguaião, encabeçado pela invasão do Uruguai pelo Brasil, possa ser posicionado como resultante da supremacia brasileira, o seguinte conflito regional não pode, porque o Brasil foi engajado em um conflito que ele não tinha, ativamente, procurado, e que foi encabeçado por um ator regional que não era predominante. Desse modo, mesmo se a retórica em torno do conflito induza a ver as causas da guerra de acordo com a teoria do balanço do poder, essa interpretação incita tantas perguntas como respostas.

Esses problemas são levantados pelo fato de que as medidas das relações de poder apresentam hoje pouca semelhança com todo o grosso das indicações que estiveram disponíveis para Lopez e seus contemporâneos. É lícito afirmar que seus estudos sobre relações de poder eram, de longe, mais impressionáveis que os apresentados aqui. Além do mais, sempre existe uma disparidade entre a percepção de equilíbrio ou ameaça e o real estado de equilíbrio ou ameaça (Jervis, 1976). Poder-se-ia, então, supor que a combinação de um altamente impressionista e distorcido estudo de relações de poder e a falta de percepção de perigo levaram Lopez a agir. Ele tinha visitado a Europa, entre junho de 1853 e dezembro de 1854 e, em consequência, não surpreende que ele viesse a aplicar, no contexto do Rio da Prata, as teorias tão largamente discutidas na Europa a esse tempo,

especialmente a do balanço do poder (para avaliação sobre a permanência de Lopez na Europa, ver Sanchez Quell, 1980, 23-52). Existe evidência clara da influência europeia nos pontos de vista e no estilo de vida de Lopez (Sanchez Quell, 1973, 217-19). A fraseologia usada na declaração de guerra à Argentina, a despeito da situação, emprega parâmetros europeus, que lembram, exatamente, a Guerra Russo-Otomana. Embora as considerações sobre balanço do poder fossem meramente um pretexto de Lopez para uma atitude expansionista (como muitos têm argumentado), ou um sincero, mas amadrigisticamente enganoso, estudo da situação, não pode ser irrefutavelmente ratificado. Essa questão há de permanecer como um tópico de especulação.

Para resumir, a evidência disponível demonstra que a teoria do balanço do poder não reflete a realidade do poder na região. De um lado, o suposto colapso de um balanço que não existiu não pode ser postulado como um relevante fator de causalidade. A teoria de que a ausência de balanço conduziu à guerra, de outro lado, faz emergir mais perguntas que respostas, principalmente porque o conflito não deve sua erupção a um fator preponderante. Finalmente, um enquadramento geral da teoria do balanço do poder deveria ser feita com base no conjunto de percepções e na eventual disparidade entre percepções e realidades. Essa

dimensão da percepção envolvida em todas as avaliações de situações conflitantes, junto com o difundido uso de linguagem e de literatura sugerindo que o balanço do poder foi, em verdade, uma consideração-chave, aumentam o significado simbólico da teoria.

Transição do Poder

Para analisar o valor explicativo da interpretação transição do poder é necessária uma mudança no nível de análise. Ao examinar as hipóteses precedentes, um sistema regional de estados esteve sendo discutido. Ao testar o modelo transição do poder é necessário, contudo, lidar com duplas de estados, ou grupos de dois, e estimar as mudanças através do tempo.

Por serem Brasil e Paraguai as duas principais partes do conflito, esse grupo de dois deve ser examinado primeiro. Ironicamente, ele dá o menor suporte à interpretação da transição do poder, porque a distância do poder entre as partes é enorme. Na verdade, a cota da capacidade do Paraguai (.1391) é menos que 1/4 da do Brasil (.5791). Em consequência, é teoricamente difícil construir um caso para esse modelo baseado nas evidências à mão.

O modelo transição do poder não seria descartado tão facilmente, contudo, porque duas outras duplas, Paraguai-Uruguai e Paraguai-Argentina, devem ser examinadas, também, como possíveis ca-

sos de transição do poder. Começando com a dupla Paraguai-Uruguai, suas cotas relativas no poder regional são similares (.1391 para o Paraguai, e .0990 para o Uruguai). O Quadro 5 mostra que ambos os países experimentaram um período de rápida expansão econômica, no fim dos anos 1850 e começo dos anos 1860. No caso do Paraguai, contudo, esse índice de expansão parece acentuado, como resultado da severa contração experimentada entre 1810 e 1840.

Mas os dados não fornecem qualquer amostra de alteração significante nas diferenças básicas da capacidade econômica, como o valor do comércio do Uruguai, 5,5 vezes maior que o do Paraguai, na década de 1850, e 4,4 vezes maior, na década de 1860.

Em adição à falta de alteração dramática das porções relativas de poder sobre a década anterior à guerra, não foi percebida, para qualquer lado, a possibilidade de tal ameaça à ausência de balanço.

QUADRO 5 — Evolução Econômica do Paraguai, Argentina, Brasil e Uruguai nos anos 1850 e 1860

Países	Exportações (libras esterlinas)		Renda do Governo (libras esterlinas)	
	Anos 1850	Anos 1860	Anos 1850	Anos 1860
Paraguai	211,801	307,798	138,659	281,043
Argentina	2.126,704	6.774,435	872,763	1.845,862
Brasil	9.257,828	13.706,407	3.661,448	4.666,897
Uruguai	1.160,714	1.347,809		870,714

Fontes: Para as exportações paraguaias: anos 1850, a média de 1851 a 1859 (Herken, 1982, 108); anos 1860, a média entre o registrado para 1860 (Herken, 1982, 108) e o registrado para 1861 (Schmitt, 1963, 146). Para a renda do governo paraguai: anos 1850, a média de 1854 a 1858 (inclui o valor das vendas, não o lucro ou impostos sobre ela) — Herken (1982, 109); anos 1860, a média entre o registrado para 1860 (Herken) e o registrado para 1864 no *El Semanário* (citado em Acevedo, 1933, 3:373). Para as exportações argentinas: anos 1850, o registrado para 1851 (somente Província de Buenos Aires) por Randall (1977, 2:204); anos 1860, a média de 1864 a 1867 (Randall, 1977, 2:218). Para a renda do governo argentino: anos 1850, o registrado para 1850 por Lynch (1981, 195); anos 1860, a média de 1864 a 1867 (Randall, 1977, 2:222); taxas de câmbio tomadas de Gondra (1943, 397-98) e Randall (1977, 2:201-2). Para as exportações brasileiras: anos 1850, a média de 1850 a 1859; anos 1860, a média de 1860 a 1867 (Randall, 1977, 3:216-17). Para a renda do governo brasileiro: anos 1850, média de 1850 a 1859; anos 1860, média de 1860 a 1867 (Randall, 1977, 3:248); taxas de câmbio tomadas de Randall (1977, 3:208-9). Para as exportações uruguaias: anos 1850, consideradas as de 1856; anos 1860, consideradas as de 1864 (Acevedo, 1933, 2:673 e 3:345). Para a renda do governo uruguai para 1865, ver recursos no Quadro 1; taxas de câmbio tomadas de Acevedo (1933, 2:673 e 3:165).

De fato, a situação pré-guerra evidenciou uma aliança entre o Paraguai e o Uruguai, e se Flores tivesse fracassado em tomar posse no Uruguai, os dois países poderiam ter permanecido aliados no decurso da guerra. Claramente, então, uma situação de transição do poder não aflora, no caso da dupla Paraguai-Uruguai.

A dupla Paraguai-Argentina apresenta a mais promissora perspectiva para o modelo transição do poder. Suas cotas relativas de poder regional (.1391 para o Paraguai, e .1827, para a Argentina) parecem indicar que uma situação de transição do poder poderia ter existido. Porém, uma investigação acurada revela que a distância do poder era provavelmente maior que a sugerida por esses números. De fato, .1114 do total paraguaio de unidades do poder (.1391) compreende a variável Forças Armadas, e o valor da capacidade militar do Paraguai está provavelmente inflada.⁶ Como mencionado atrás, confiar exclusivamente no efetivo do Exército, deixando de lado o nível de despesas (e, também, o poder naval) influencia o dimensionamento da capacidade militar contra a Argentina. Através dos anos 1850 e 1860, entretanto, a Argentina aplicou 30 a 50% do seu orçamento em despesas militares. Em 1864, esse número totalizou 37% da renda de 1,4 milhão de libras esterlinas (Randall, 1977, 2:211, 222). Então, em 1864, a despesa militar argentina tinha

atingido 520 mil libras esterlinas, um valor igual, grosso modo, ao das exportações e importações paraguaias (ver Quadro 1). A suposição racional de que o Paraguai estivesse despendendo cerca da mesma proporção de recursos nos seus negócios militares poderia sugerir que a Argentina estivesse usando quase cinco vezes mais recursos que seu vizinho no mesmo setor, tornando o "gap" do poder mais extenso do que ele aparentava (ver Quadro 5).

Além do mais, embora no início do conflito o efetivo militar possa ser grande, suprimentos externos e uma poderosa base econômica são vitais para o êxito de qualquer empreendimento militar, num conflito prolongado. O Paraguai exibiu uma evidente desproporção entre o tamanho do seu Exército e todos os indicadores econômicos relevantes. Em contraste, menos de 1/3 do índice total de poder da Argentina é considerado como variável militar.

Igualmente, nenhuma mudança dramática foi detectada para os indicadores econômicos. Em torno de 1863, a razão entre o valor do comércio argentino para o paraguaio era cerca de 3 para 1. Em 1851, as exportações paraguaias totalizaram 68 mil libras esterlinas, enquanto o valor das exportações da Província de Buenos Aires excedia em 2 milhões de libras, uma razão de 31 para 1. Embora reduzindo-se, marcadamente, através desse período de dez anos, o "gap"

permaneceu, de longe, muito grande, para se justificar uma situação de transição. Pode-se, também, lembrar que a rápida expansão paraguai, nesse período, resultou da abertura da economia, após décadas de severas restrições, e que foi improvável continuar no mesmo passo. Em resumo, então, a dupla Paraguai-Argentina não apresenta, tampouco, uma situação de transição do poder.

Existe contudo uma dimensão política no modelo transição do poder que os dados apresentados não tocam adequadamente e cuja análise parece oferecer as bases para uma interpretação sobretudo convincente. Parece, também, esclarecer vários dos muitos aspectos enigmáticos da guerra — a deflagração do conflito, assim como seu alongamento por cinco anos sangrentos. Primeiro, por que o Paraguai iniciou a guerra? A resposta plausível, de acordo com este modelo, é a disparidade existente entre a avaliação paraguai da seu real poder *versus* o poder que os outros atores estavam querendo reconhecer. Era o caso de uma nação relativamente poderosa (pelos seus próprios padrões) e basicamente insatisfeita. A guerra, então, constituiu uma tentativa para reparar uma reivindicação contra um *status quo* percebido como contrário ao interesse nacional. Na verdade, a reivindicação básica paraguai era o direito de ser consultado a respeito de qualquer acordo concernente à região do Rio da

Prata, um "direito de consulta" que nem o Brasil, nem a Argentina estavam querendo outorgar.

Segundo, por que a Argentina não ficou do lado do Paraguai para restaurar o *status quo* perturbado pelo Império do Brasil? A Argentina tinha acabado de emergir como nação, após a Batalha de Pavón, em 1861. Entre 1852 e 1861, duas Argentinas tinham coexistido — Buenos Aires e a confederação que incluía as províncias do interior. A possibilidade de ressurgimento da resistência das províncias contra Buenos Aires foi um motivo de constante receio na capital. A nova república argentina estava em face de duas ameaças consideráveis. Uma era a possibilidade de o Uruguai juntar-se às províncias, quebrando então o monopólio platino no comércio. Daí vem a importância de um governo amigo em Montevidéu. Outra ameaça era a possível secessão das províncias, apoiadas ou inspiradas externamente por um emergente (e bastante poderoso) Paraguai. Se as províncias careciam de um aliado potencialmente poderoso, Buenos Aires, não muito tarde, teria que temê-lo. Nisto se assenta o interesse por um fraco Paraguai.

Lopez tranquilizava Mitre, repetidamente, que o Paraguai não estava atrás de um realinhamento político de nacionalidades regionais (um país comprendendo o Uruguai, Entre Ríos, Corrientes e Paraguai era comumente considerado possível nessa época), mas

que o Paraguai buscava, ao consolidar o *status quo*, garantir que este proporcionasse a ele próprio um papel mais proeminente. Mitre, obviamente, não confiava em seu vizinho, porque um papel mais proeminente para o Paraguai podia ter rapidamente conduzido a nova nação argentina ao colapso.

Mitre não estava preocupado com a distribuição regional do poder. O Brasil já tinha sido aceito como a nação preponderante na região e sua ação no Uruguai não era percebida como ameaça, em parte porque ambos, Brasil e Argentina, estavam apoiando os rebeldes uruguaios, embora por diferentes razões. Mais importante, a ação brasileira foi interpretada por Mitre como limitada em extensão, não como uma ameaça à existência independente do Uruguai como estado-tampão. Em verdade, o governo da Argentina estava preocupado com a unidade nacional, e um vitorioso Paraguai poderia ter reunido poder suficiente para uma nova divisão da Argentina, seja pelo aberto apoio das províncias do litoral contra Buenos Aires, seja pelo simples encorajamento à sua secessão. Em algum sentido, algumas considerações sobre balanço do poder estiveram focalizadas aqui. Mas, enquanto Lopez, inspirado em doutrinas européias, enfocava o balanço do poder regional como um todo, Mitre atentava para as ameaças ao processo de construção nacional, estava dirigindo sua atenção para o balanço de for-

ças com a matriz do Vice-reinado do Rio da Prata.

Terceiro, por que a guerra não terminou em 1866? Na Conferência de Yataity Corá, Lopez ofereceu a Mitre quase tudo que ele pedia, porque, nas palavras de Lopez, "o sangue já derramado tinha sido suficiente para purificar as ofensas mútuas infringidas pelas partes" (para uma versão pró-Mitre do encontro, ver Baéz, 1929, 37). De uma perspectiva de transição do poder, a guerra não teve fim porque os problemas não eram nem ofensas nem concessão territorial (que a Argentina esperava obter em qualquer caso), mas a necessidade de salvar a unidade argentina, um objetivo que só poderia ser alcançado pela completa derrota de Lopez.

Quarto, por que o Brasil perseguiu uma guerra de extermínio, em vez de ficar satisfeita com a punição infligida ao Exército paraguaio, durante a primeira parte da guerra? A resposta é que as forças em serviço quando a guerra foi deflagrada não estavam influenciando os eventos depois disso. Por exemplo, ao ser desencadeada a guerra, o Brasil estava procurando extraer concessões do governo blanco do Uruguai. No caso do Paraguai, as intenções do Brasil eram assegurar a liberação do Marquês de Olinda, punir o Paraguai por sua agressão e obter acesso ao Rio Paraguai, pelos navios brasileiros servindo na região de Mato Grosso.⁷

Entretanto, uma vez que a guerra foi desencadeada, tornou-se crítico, para o Brasil, prevenir a Argentina de anexar o Paraguai ou colher benefícios excessivos e, então, representar uma ameaça à preponderância do Brasil na área. O único caminho para atingir esse objetivo foi perseguir uma guerra até o fim e obter o controle sobre o futuro governo do Paraguai, o que o Brasil manobra por fazer, por décadas após o fim da guerra. A mesma direção foi também seguida pela Argentina e quase provocou uma guerra com o Brasil.⁸ Essa competição brasileira-argentina foi habilmente explorada pelos diplomatas paraguaios após 1870 (ver Warren, 1978).

NOTAS CONCLUSIVAS

O objetivo do presente estudo foi aplicar critérios de pesquisa contemporânea em conflitos internacionais para melhorar nossa compreensão da Guerra da Tríplice Aliança. Esse reexame das evidências disponíveis e reorganização dos dados previamente selecionados lançou luzes em muitos aspectos ao trágico evento. Em geral, o estudo sugere que um modelo de transição do poder modificado tem maior poder de explicação que os modelos balanço do poder e imperialismo. Quando combinado com o conhecimento do processo de construção da nação argentina nos anos 1860 (já evidenciada em Alberdi, 1962), o mode-

lo de transição do poder fornece respostas satisfatórias às mais importantes perguntas originadas pela guerra. O modelo balanço do poder devia ser melhor suscitado, se fosse modificado, para levar em conta o balanço do poder de territórios pertencentes ao primitivo Vice-reinado do Rio da Prata, ou as diferenças entre percepções e realidades. Este estudo também questiona a aceitação, amplamente acreditada, que o Paraguai constituía um poder de primeira linha na América do Sul e identifica relevantes dados, em um útil trabalho comparativo. Finalmente, ele mostra que a combinação de análise quantitativa e qualitativa com aspectos de relações internacionais pode produzir proveitosa reinterpretação de conflitos armados latino-americanos.

Um ponto para debate final é especular se a Guerra da Tríplice Aliança poderia ter sido evitada. Esse aspecto é relevante, porque ele origina a abordagem da questão sobre a possibilidade de existir linhas de ação alternativas, enfatizando, assim, o papel em política internacional dos processos de tomada de decisão. A lógica do poder e do "interesse nacional" parece sugerir que o término da guerra não estava ao alcance dos atores. Todavia, a significativa mudança da política exterior do Paraguai, durante os anos 1860, pode ter desempenhado um papel maior do que é, geralmente, reconhecido. Embora o potencial estrutural

para conflitos armados fosse alto, talvez um isolacionismo político mais prudente, como o seguido por França e Carlos A. Lopes, pudesse ter salvo o Paraguai da tragédia da guerra.

NOTAS

1. A alegada personalidade megalomântica do Marechal Francisco Lopez tem sido vista, tradicionalmente, como a maior, senão a principal causa da guerra. Eu contesto essa interpretação por várias razões. Primeiro, explicações dando ênfase a traços da personalidade tendem a sobrepor generalidades à análise. Elas consignam, convenientemente, improváveis e, também, falsos traços psicológicos que não podem ser provados falsos e, num exercício redutivo, que ignora a complexidade das interações internacionais, tenta converter impressões em afirmações científicas. Numa espécie de teleologia reversa, tais interpretações chegam à causa pelo caminho do efeito, em uma estrutura lógica que proíba validação livre. Embora o espaço impeça discutir as implicações teóricas do problema a nível de análise, como aplicada à interpretação de conflitos internacionais, muitos eruditos concordariam que o nível "individual" da análise não pode preceder o nível "nacional" ou "internacional", a menos que as explicações a esses níveis tenham se esgotado. Segundo, se alguém argumentasse consistentemente em favor de uma interpretação megalomaníaca, teria que avaliar seu poder explicativo, em face de explicações alternativas baseadas, digamos, no "sadismo" do imperador brasileiro, Dom Pedro, ou no "sanguinariismo" do presidente argentino, Bartolomeu Mitre. Um ou ambos esses fatores poderiam ser culpados pela extensão da guerra bem além da Conferência Yataity Corá, quando Lopez expôs-se mais do que desejoso à conciliação.

2. Como deve ser evidente, este estudo não é um teste das teorias do imperialismo, ou da dependência ou balanço do poder em geral, mas um exame de como essas teorias podem bem explicar um caso particular.

3. Para análise mais detalhada, o leitor deve consultar Cardozo (1954, 1961 e 1967 a),

Box (1948), Thompson (1869) e Carcano (1939).

4. Em virtude de esses ajustamentos serem aplicados igualmente para todos os países, eles não têm nenhum efeito no cômputo total dos índices de poder. Contudo, devia ser útil para futuros estudos internacionais contraditórios, que inclui outros países além dos dessa amostra.

5. "O peso selecionado para cada variável representa a média porcentual de variação. Ele tem, em comum com o primeiro componente, a dimensão da capacidade de poder que resulta do principal componente de análise dos nove indicadores variáveis" (Ferris, 1973, 49). Eventualmente, esses nove indicadores foram reduzidos a oito, quando o valor do comércio per capita foi eliminado, devido ao seu baixo poder explicativo. Eu, além disso, reduzi-os a seis indicadores, quando a carência de dados seguros forçaram-me a fundir três indicadores militares (forças armadas, despesas com defesa e despesas com defesa per capita) em um indicador singular do poder militar.

6. Deve-se ser, porém, cuidadoso, para não cometer o engano oposto de subestimar o vigoroso poder militar do Paraguai, que somente foi derrotado após cinco anos de sangrentos combates com dois superpoderes regionais.

7. A distinção entre a erupção do conflito e seu posterior desenvolvimento é significante, especialmente no caso de guerras prolongadas, porque, como elas se arrastam, a dinâmica do conflito transforma vencedores e vencidos e gera uma nova estrutura do conflito. No caso da guerra do Paraguai, pode-se discernir dois "tempos de combate" distintos (um conceito discutido em Liska, 1982): a erupção, onde a decisão de Lopez logrou um grande papel, e o prolongamento posterior à Conferência de Yataity Corá, de 1866, onde outros fatores apareceram indistintamente e em um sentido ameaçador.

8. Esse desenvolvimento podia também ser interpretado como ilustrativo de que grandes alianças não duram, dando assim suporte à teoria de William Riker (1962) do proveito mínimo das alianças. Não obstante, se o princípio da dimensão — que alianças são tão grandes o suficiente para promover proveitos, mas normais — funciona atualmente, por que uma proveitosa aliança não emergiu em 1864? A interpretação dinâmica devia revelar que a Tríplice Aliança foi uma aliança de proveito mínimo no início (em 1864), mas, no final,

tornou-se uma grande aliança e se rompeu. Também tal argumento assumiria que um esboçado balanço do poder existiu no início da guerra, o que a evidência disponível não apóia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACEVEDO, EDUARDO, 1933. *Anales históricos del Uruguay*. 3 vols. Montevideo: Casa Barreiro y Ramos.
- ALBERDI, JUAN B., 1962. *Historia de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Ediciones de la Patria Grande.
- BAEZ, ADOLFO J., 1929. *Yatayty-Corá: una conferencia histórica*. Buenos Aires: Imprenta y Papelería Juan Perroti.
- BALDWIN, DAVID, 1979. "Power Analysis and World Politics: New Trends versus Old Tendencies". *World Politics* 31, nº 2 (Jan): 161-94.
- BOX, PELHAM, O., 1948. *Los orígenes de la Guerra de la Triple Alianza*. 2d ed. Buenos Aires: Editorial Nizza.
- BRAY, ARTURO, 1958. *Solano López: soldado de la gloria y el infortunio*. 2d ed. Asunción: Editorial Nizza.
- BURR, ROBERT N., 1955. "The Balance of Power in Nineteenth-Century South America: An Exploratory Essay". *Hispanic American Historical Review* 35, nº 1 (Feb): 37-60.
- CARCANO, RAMON J., 1939. *La Guerra del Paraguay: orígenes y causas*. Buenos Aires: Editorial Domingo Veau.
- CARDOZO, EFRAIM, 1954. *Vísperas de la Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Ateneo.
- _____, 1961. *El imperio del Brasil y el Río de La Plata*. Buenos Aires: Editora Librería del Plata.
- _____, 1967a. *Hace 100 años: crónicas de la Guerra de 1864-1870*. 11 vols. Asunción: Editorial Emasa.
- _____, 1967b. *Efemérides de la historia del Paraguay*. Asunción: Ediciones Nizza.
- CARR, E.H., 1939. *The Twenty-Years' Crisis, 1919-1939*. London: Macmillan.
- CENTURION, JUAN C., 1894. *Memorias*. Vol. 1. Buenos Aires: Imprenta de Obras de J. B. Berra.
- CLAUDE, INIS L., 1962. *Power and International Relations*. New York: Random House.
- CUCCORESE, HORACIO J., et al, 1966. *Historia argentina contemporánea, 1892-1930*. Vol. 3. Buenos Aires: Ateneo.
- FERRERO, GUGLIELMO, 1963. *The Reconstruction of Europe: Talleyrand and the Congress of Vienna, 1814-1815*. New York: W. W. Norton.
- FERRIS, WAYNE S., 1973. *The Power Capabilities of Nation-States*. Lexington, Mass.: Lexington Books.
- GARCIA MELLID, ATILIO, 1963. *Proceso a la falsificadores de la historia del Paraguay*. 2 vols. Buenos Aires: Editorial Theoria.
- GONDRA, LUIS R., 1943. *Historia económica de la República Argentina*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana.
- GRANZIERA, LUIS G., 1979. *A Guerra do Paraguay e o Capitalismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- HASS, ERNEST B., 1961. "The Balance of Power: Prescription, Concept, or Propaganda". In *International Politics and Foreign Policies: A Reader in Research and Theory*, edited by James N. Rosenau, 318-29. New York: Free Press.
- HERKEN, JUAN C., 1982. "Proceso económico en el Paraguay de Carlos Antonio López: la visión del Cónsul Británico Henderson (1851-1860)". *Revista Paraguaya de Sociología* 19, nº 54. (May-Aug.): 83-116.
- HERKEN, JUAN C., AND MARIA I. GIMENEZ DE HERKEN, 1983. *Gran Bretaña y la Guerra de la Triple Alianza*. Asunción: Arte Nuevo.
- JERVIS, ROBERT, 1976. *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton: Princeton University Press.
- KOLINSKI, CHARLES J., 1965. *Independence or Death! The Story of the Paraguayan War*. Gainesville: University of Florida Press.
- LAMARTINE, ALPHONSE DE, 1854. *Histoire de la Turquie*. 8 vols. Paris: Constitutionnel.
- LISKA, GEORGE, 1982. "Wars in Rounds". In *The Termination of Wars: Processes, Procedures, and Aftermaths*, edited by Nissan Oren, 114-46. Jerusalem: Magnes Press.

29. LYNCH, JOHN, 1981. Argentine Dictator: Juan Manuel de Rosas, 1829-1852. London: Oxford University Press.
30. MC LYNN, F. J., 1979. "The Causes of the War of the Triple Alliance: An Interpretation". *Inter-American Economic Affairs* 33, nº 2 (Autumn): 21-44.
31. ORGANSKI, A.F.K., 1968. *World Politics*. 2d ed. New York: Alfred A. Knopf.
32. PLATT, D.C.M., 1972. *Latin America and British Trade, 1806-1914*. London: Adam and Charles Black.
33. POMER, LEON, 1968. *La Guerra del Paraguay: Gran negocio!* Buenos Aires: Ediciones Calden.
34. RANDALL, LAURA, 1977. *A Comparative Economic History of Latin America, 1500-1914*. 3 vols. New York: Institute of Latin American Studies, Columbia University.
35. RAY, JAMES LEE, 1984. *Global Politics*. 2d ed. Boston: Houghton Mifflin.
36. REBAUDI, ARTURO, 1924. La declaración de guerra de la República del Paraguay a la República Argentina. Buenos Aires: Editorial Serrantes.
37. RIKER, WILLIAM, 1962. *The Theory of Political Coalitions*. New Haven, Conn: Yale University Press.
38. SABROSKY, ALAN N., 1975. "From Bosnia to Sarajevo: A Comparative Discussion of Interstate Crisis". *Journal of Conflict Resolution* 19, nº 1 (Mar.): 3-24.
39. SANCHEZ QUELL, HIPOLITO, 1973. La diplomacia paraguaya de mayo a Cerro Corá. Asunción: Casa América.
40. _____, 1980. Historia de las relaciones entre Francia y Paraguay (de Napoleón III y Solano López a de Gaulle y Stroessner). Asunción: Casa América.
41. SCHMITT, PETER, 1963. *Paraguay und Europa: Die Diplomatischen Beziehungen unter Carlos Antonio López und Solano López, 1841-1870*. Berlin: Colloquium Verlag Berlin, Bibliotheca Iberoamericana.
42. SPALDING, WALTER, 1940. *A Invasão Paraguaiã no Brasil*. São Paulo: Biblioteca Pedagógica Brasileira.
43. SULLIVAN, MICHAEL P., 1976. *International Relations: Theories and Evidence*. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice-Hall.
44. TATE, E. NICHOLAS, 1979. "Britain and Latin America in the Nineteenth Century: The Case of Paraguay, 1811-1870". *Ibero-Amerikanisches Archiv* 5, nº 1 (1979): 39-70.
45. THOMPSON, JORGE, 1869. *La Guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Imprenta Americana.
46. TRIAS, VIVIAN, 1975. *El Paraguay: de Francia el Supremo a la Guerra de la Triple Alianza*. Cuadernos de Crisis, nº 19. Buenos Aires: Cuadernos de Crisis.
47. TUCKER, ROBERT C., ED. 1975. *The Lenin Anthology*. New York: W. W. Norton.
48. WARREN, HARRIS G., 1978. *Paraguay and the Triple Alliance: The Post-War Decade, 1869-1878*. Austin: University of Texas Press.
49. WHITE, RICHARD A., 1978. *Paraguay's Autonomous Revolution, 1810-1840*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
50. WILLIAMS, JOHN H., 1979. *The Rise and Fall of the Paraguayan Republic (1800-1870)*. Austin: University of Texas Press.

DIEGO ABENTE é Professor Assistente do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Miami (EUA).